

A Regra Albertina da Ordem do Carmo: contribuição para a arquitetura e a organização conventual dos carmelitas

ROBERTA BACELLAR ORAZEMⁱ

Contato: roberta_bacellar@yahoo.com.br

Linha de pesquisa: História da arquitetura, do urbanismo e do território

1 INTRODUÇÃO

Os carmelitas tiveram sua importância na arquitetura e na cidade do Brasil colonial, mas essa importância ainda é muito pouco estudada. Como toda ordem religiosa, a Ordem do Carmo tinha o seu *modus operandi*. Os carmelitas não atuavam diretamente como arquitetos. Todavia, definiam, de alguma forma, como deviam ser suas igrejas e conventos? Será que existiam normas na Ordem do Carmo que indicavam como deveriam ser suas igrejas e conventos e a sua localização no espaço da cidade?

Diante de sua importância no período colonial no Brasil, justifica-se estudar a atuação desses religiosos em termos arquitetônicos e urbanísticos. No entanto, para esse recorte de tese, priorizaremos a história da origem e do

desenvolvimento dos carmelitas antes de chegarem ao Brasil em 1580, ou seja, entre o século XII-XV. Ainda, analisaremos um documento chamado de Regra Albertina, que estabelece o modo de vida monástico dos carmelitas. Especificamente, destacaremos os trechos do documento que podem ter relação com a arquitetura e a organização conventual.

2 OBJETIVOS

O principal objetivo da tese é apreender a influência da atuação dos carmelitas calçados na arquitetura e na cidade colonial. Por ser um recorte da tese, trabalharemos em: compreender os termos e definições associados ao tema geral da pesquisa, em uma fundamentação teórico-conceitual; identificar

normas e práticas de utilização do espaço urbano associadas aos carmelitas calçados.

3 MÉTODO

Aplicaremos o método de narrativa histórica, onde analisaremos fontes secundárias e uma fonte primária: a Regra Albertina.

4 DESENVOLVIMENTO

Para a contextualização, utilizaremos trabalhos a respeito da Ordem do Carmo no mundo, escritos por historiadores-religiosos: Esteve & Guarch (1950), Wermers (1963), Saggi (1975) e Boaga (1989). A história da Ordem do Carmo é construída com base nos principais fatos abordados por tais autores.

A Ordem do Carmo tem sua origem na Idade Média Oriental, na região do monte Carmelo, próximo à cidade de Haifa, que se localiza em uma região da Palestina, atual Israel. Entre o século XI e XII, aquela região foi tomada por latinos para atuar nas cruzadas medievais e conquistar a Terra Santa. Assim, já havia um grupo de eremitas habitando a região no século XII, mais ou menos na época da terceira Cruzada, 1189-1192. Esse grupo dedicou-se à vida de meditação e de solidão, a exemplo dos

profetas Elias e Eliseu. E construíram uma capela no monte Carmelo dedicada a Nossa Senhora, no local chamado de Fonte de Elias. Em seguida, organizaram um convento naquele local.

No início do século XIII, ainda na Palestina, os eremitas pediram ao Patriarca de Jerusalém, Alberto (+1149, -1214), que escrevesse o “modo de vida” dos religiosos do monte Carmelo. Por volta de 1209, o Patriarca enviou ao Papa a regra dos carmelitas, que foi aceita por Honório III em 1226. Mas apenas em 1245, Inocêncio IV concedeu a escrita final da Regra Albertina com acréscimos. Esta é a principal norma seguida pela Ordem do Carmo desde sua origem até a atualidade, e por ela entendemos como os carmelitas atuavam em diversos aspectos: religiosos, arquitetônicos, e outros.

Basicamente, a Regra trabalha os três pilares da vida monástica: voto de obediência, de castidade e de pobreza. A partir dela, a Ordem do Carmo tornou-se mendicante, a exemplo dos franciscanos e dominicanos. Entretanto, em 1432, a exigência da mendicância dos carmelitas foi amenizada por Eugênio IV, que autorizou a Ordem ser detentora de bens de raiz. Essa amenização foi ampliada por Pio II em 1459 e por Sisto IV em 1476. No geral, houve uma redução da abstinência de comida

e do jejum, permissão para permanecer fora das igrejas com a autorização dos superiores e a possibilidade de possuir bens mediante compra.

O documento consultado da Regra Albertina, com os acréscimos, foi transcrito de um “Compêndio [...]” e organizado por frei Simão Coelho em 1572. Nela, há alguns trechos os quais sugerem aspectos da arquitetura e do modo de organização conventual.

O primeiro exemplo refere-se à seguinte recomendação: *“Podereis ter lugares em os hermos, ou onde quer que vos forem dados, pertencentes & proveitosos a observancia de vossa Religião, segundo ao Prior & frades for visto pertencer”*. Entende-se que os carmelitas poderiam ter conventos ou igrejas em lugares solitários, afastados, mas também poderiam se estabelecer onde fosse mais conveniente para os frades e o seu superior, chamado de Prior. E que esses lugares, ou terras, poderiam ser obtidos através da doação, mas também sabemos que, com a amenização da Regra, poderiam ser adquiridos através da compra.

Em seguida, a regra diz a respeito do prédio construído, ou seja, sobre o convento: *“[...] acerca do sitio do lugar em que propuserdes morar, cada hum de vos tenha huma cella apartada: asi como pela desposiçam desse*

Prior, & frades, ou da maior & mais fação parte: essas cellas a cada hum forem assinadas”. Os conventos deveriam ter uma cela pra cada religioso e que esta seria vitalícia. Então, o projeto do convento e a construção das celas dependiam do número de religiosos que lá viveria.

A disposição das celas nos conventos deveria ser de acordo com a hierarquia, havendo privilégios para o Prior: *“A cella do Prior seja acerca da entrada do lugar, pera que aos que vem ao tal lugar primeiro o corra: & de seu arbítrio & desposiçam depois o que se ouver de fazer todo proceda. Estê cada hum em sua cella, ou cerca della de dia & denoite meditando em a lei do Senhor, & velando em Orações: salvante se em outras justas occasiões for occupado”*. Nesta recomendação, o primeiro superior que chegar ao novo convento poderia ocupar a primeira cela, e com o tempo, se aquela cela estivesse ainda ocupada, o novo prior escolheria uma cela próxima. Essas recomendações são flexíveis, caso fosse necessário e com a ordem do Prior. Mas entendemos que as celas dependiam da quantidade de religiosos, interferindo diretamente na dimensão arquitetônica dos conventos.

Também é recomendado que, em meio ao ambiente das celas, tenha-se um oratório: “[...] *tereis oratório no meyo das cellas como melhor se puder fazer, onde pela manhã em todos os dias vos ajunteis a ouvir a solenidade da Missa, onde isto proveitosamente se puder fazer*”. Ao analisar melhor essa definição de oratório, supõe-se que este seria a igreja do convento.

Nos conventos, também deveria haver mais um cômodo para congregação:

“Em tal maneira empero, que aquellas cousas que vos propostas forem as comais comumente, ouvindo alguma liçam da sagrada Scriptura em comum rectorio, onde isto proveitosamente se puder fazer. Nem convenha a algum dos frades mudar o lugar a elle deputado: nem com outro permudar sem licença do Pior que pelo tempo for”.

Mais uma vez, entendemos que o tamanho do refeitório dependia da quantidade de religiosos vivendo no local, pois era um ambiente comum a todos, onde cada um deveria ter o seu local próprio à mesa. Portanto, quanto mais religiosos, maior o espaço do refeitório. E essa é a última recomendação relativa ao bem material e à arquitetura conventual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser um recorte da tese que está em andamento, priorizamos a primeira parte que trabalha os conceitos e a fundamentação teórica.

Na Regra, visualizamos os conventos dos carmelitas: em local mais conveniente para os religiosos, seja este remoto ou povoado; as terras seriam adquiridas por doação ou por compra; constituindo-se de celas, refeitório e oratório (ou igreja). E a dimensão desses espaços dependeria da quantidade de religiosos.

6 AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Rubenilson Brazão Teixeira pela orientação e à Capes e ao PPGAU-UFRN pela Bolsa de Doutorado.

7 REFERÊNCIAS

- BOAGA, E. *Comos pedras vivas...*: para ler a história e a vida do Carmelo. Roma: Litografia Príncipe, 1989.
- ESTEVE, H. M.; GUARCH, J. M. *La Ordem del Carmen*. Madri: Editorial Escelicer, 1950.
- ORDEM DOS CARMELITAS. *Compendio das chronicas da Orde[m] de Nossa Senhora do Carmo*

... : com exposiçam da Regra da dita Ordem ... /
agora novame[n]te copillado per frei Simão
Coelho[...]. [Lisboa]: per Antonio Gonçalvez, 1572.
Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fl.ul.pt/ULFL037727/ULFL037727_item1>, acesso em: 12 ago. 2012.

SAGGI, L. História dos Carmelitas. Tradução:
Wilmar Santin. In: PELLICCIA, G.; ROCCA, G.
Dizionario degli Istituti di Perfezione. Vol. 2. Roma:
Edizioni Paoline, 1975. (p.460-521). Disponível em:
<<http://br.geocities.com/wilmarsantin/HistCarmSAGGI.pdf>>, acesso em: 23 abr. 2005.

WERMERS, M. M. *A ordem carmelita e o Carmo em Portugal*. Lisboa: União Gráfica; Casa Beato Nuno, 1963.

Nota

ⁱ Doutoranda do PPGAU-UFRN desde 2011, desenvolvendo tese com o tema: “Arquitetura conventual e urbanização colonial: a influência dos carmelitas calçados da Província Carmelitana da Bahia”.